

O impasse dos Estados Unidos diante da China

Bernardo R. Carvalho¹

Resumo

Na medida em que avançamos no século XXI, têm ficado cada vez mais claros os contornos geopolíticos de um conflito em escala global – ao antagonizar a China, os Estados Unidos levaram alguns analistas a falar em uma segunda Guerra Fria. Neste artigo procuro demonstrar que, de fato, o deslocamento do eixo estratégico norte-americano em direção ao oceano Pacífico apresenta consideráveis paralelos com a estratégia de Contenção [Containment] empregada contra o bloco soviético. Procurei, contudo, expor as dificuldades de reedição desta estratégia por parte dos Estados Unidos diante de um adversário cuja política externa tem se mostrado cada vez mais inovadora.

Palavras-Chave: Estados Unidos; China; Guerra Fria.

Resumen

A medida que avanzamos hacia el siglo XXI, los contornos geopolíticos de un conflicto a escala global se han vuelto cada vez más claros: al antagonizar a China, Estados Unidos ha llevado a algunos analistas a hablar de una segunda Guerra Fría. En este artículo trato de demostrar que, de hecho, el desplazamiento del eje estratégico norteamericano hacia el Océano Pacífico presenta un paralelismo considerable con la estrategia de Contención empleada contra el bloque soviético. Sin embargo, traté de exponer las dificultades de Estados Unidos para reeditar esta estrategia ante un adversario cuya política exterior se ha mostrado cada vez más innovadora.

Palabras clave: Estados Unidos; China; Guerra Fria.

Abstract

As we move into the 21st century, the geopolitical contours of a conflict on a global scale have become increasingly clear – by antagonizing China, the United States has led some analysts to speak of a second Cold War. In this article I try to demonstrate that, in fact, the displacement of the North American strategic axis towards the Pacific Ocean presents considerable parallels with the Containment strategy employed against the Soviet bloc. I tried, however, to expose the difficulties of the United States reissuing this strategy in the face of an adversary whose foreign policy has shown itself to be increasingly innovative.

Keywords: United States; China; Cold War.

¹ Doutorando em História pela UFMG, com graduação e mestrado na mesma área pela UFSJ e UFJF, respectivamente. O autor agradece ao auxílio do camarada Thiago Canettieri na elaboração dos mapas. | bernardorcarvalho@hotmail.com



Introdução

Um dos efeitos contínuos da atual crise política brasileira é um debate público altamente poluído, contaminado quase diariamente por um governo cuja principal característica talvez seja sua completa dissociação com os problemas de real interesse nacional. Em meio a uma conjuntura intelectual já bastante desvirtuada, a questão da emergência da China como desafiante à altura do poder global exercido pelos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria é o principal exemplo de como um debate público turvo e viciado mantém o país à deriva, em uma posição geopolítica errática, e sujeito a decisões tomadas longe daqui.

A partir da necessidade, portanto, de se desvencilhar das armadilhas inerentes à conjuntura atual, proponho neste texto partir de uma visão panorâmica, de maior alcance, do confronto entre as potências chinesa e norte-americana, distante de leituras exasperadas e da excitação que o debate a respeito tem provocado na opinião pública. Considerando que, pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial, o Brasil tem reiterado sua opção por conferir o estatuto de *aliado estratégico* à potência que se afirmou, na Guerra Fria, como polo ideológico e geopolítico da contrarrevolução, procuro avaliar as principais dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos em sua estratégia de contenção do aumento do poder geopolítico chinês no século XXI. Ainda que eu não tenha propriamente uma interpretação original sobre a matéria, minha intenção é identificar caminhos alternativos para abordá-la, em uma direção contra-dogmática – portanto, contra-hegemônica –, de modo a contribuir, possivelmente, com o fomento a uma cultura estratégica para o Brasil.

O texto encontra-se dividido em duas partes, às quais se segue uma breve conclusão. Na primeira parte traço o percurso do pensamento geopolítico dos Estados Unidos no século XX, conferindo ênfase às formulações do período da Guerra Fria; este será um levantamento necessariamente breve e incompleto, mas acredito que suficiente ao menos para que apontemos para os principais marcos que levarão à reflexão subsequente. Na segunda parte, em maior extensão, dedico-me mais especificamente ao impasse enfrentado pelos Estados Unidos neste século XXI, em que a superpotência mundial se inquieta diante da emergência de um rival cujas reais capacidades vinham sendo, em boa medida, menosprezadas — até pouco tempo.



Parte I: Marcos do pensamento geopolítico norte-americano no século XX: um brevíssimo panorama

160

China e Estados Unidos vêm medindo forças abertamente no que foi logo reconhecido como uma “guerra comercial”, pelo menos desde que Donald Trump assumiu a presidência do país norte-americano. Contudo, embora o fato histórico que terá levado ambos os países ao engajamento no conflito seja a ascensão da China como potência econômica mundial, a análise que se segue irá perseguir a evolução política — ou, mais precisamente, geopolítica, desse embate.

Convém, portanto, começar pela lembrança de que antes da guerra comercial, protagonizada do lado ocidental do conflito por Trump, manobras decisivas foram postas em curso pelo governo Barack Obama em relação ao Oriente, aliás, como uma de suas prioridades, no que ficou conhecido, em conjunto, como o “Pivô Para a Ásia”, antes chamado, mais explicitamente, de “política de reequilíbrio [*rebalancing*] em direção à Ásia-Pacífico”. Jin Canrong, em artigo para o Fórum Econômico Mundial, observa a implicação da escolha de Obama pelo termo “reequilíbrio”: a de que teria havido na Ásia, até determinado momento, um suposto equilíbrio, cujo rompimento teria se dado precisamente pela ascensão chinesa a patamares econômicos e geopolíticos imprevistos — e certamente indesejados — pelos Estados Unidos².

Desde então, teve efeito um deslocamento do eixo estratégico norte-americano em direção à China, expresso em movimentações subjacentes à disputa comercial, e transformando, aliás, o oceano Pacífico em seu domínio militar prioritário — desde 2012 cerca de 60% das forças marítimas e aéreas norte-americanas estão lá operantes³. Trata-se, evidentemente, de uma adaptação estratégica ao novo — e em boa medida incalculado — desafio representado pela China, em uma linha de ação que decerto tem muitos

² “How America’s relationship with China changed under Obama”. *World Economic Forum*, 14 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2016/12/america-china-relationship/>>. Acesso em: 20 abr. 2021. Todos os textos doravante citados cujos originais encontram-se em inglês são de tradução livre minha.

³ “The U.S. military pivot to Asia: when bases are not bases”. *Reuters*, 14 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-asia-military-idUSBRE8AD05Y20121114>>. Acesso em 20 abr. 2021.



paralelos com a *política de contenção* empregada pelos EUA em relação ao bloco soviético durante as primeiras décadas da Guerra Fria, ou seja: o cerco cerrado ao adversário, com o objetivo de conter a difusão de sua influência e de prevenir a conquista de posições militares fora de seu território.

No ensaio "The War on China", Izak Novák⁴ traça as conexões entre este deslocamento gravitacional em direção ao oceano Pacífico e uma geoestratégia de longo prazo para a manutenção do poder e do estatuto de potência global por parte dos EUA: o controle efetivo — pelo menos da maior parte possível — da região Centro-sul da Eurásia. Antes, porém, de explorar em mais detalhes as ideias de Novák, façamos um breve (e necessariamente incompleto) histórico da referida geoestratégia norte-americana: trata-se de uma tese cuja origem pode ser traçada pelo menos desde de 1904, com a publicação de um artigo do geógrafo britânico Halford Mackinder, que foi sendo reciclada por estrategistas de várias potências ao longo do século XX. Segundo Mackinder, o vasto território compreendido pelas porções Norte e Central da Ásia e pelas planícies do Leste Europeu constituiria a zona pivotal do mundo, ou *heartland*, conforme o autor, e contornando-a, estaria a zona posteriormente nomeada por outros autores de *rimland*, ambas destacadas no mapa a seguir (*Figura 1*).

Mackinder, no referido artigo e em textos posteriores, especulava que o controle desta zona pivotal por parte de uma potência (ou, talvez, de uma aliança entre potências) assentaria as bases para o domínio da "Ilha Mundial", isto é, as massas continentais da Europa, Ásia e África em conjunto. Sendo um estrategista dedicado à consolidação da hegemonia britânica, o autor propunha que o Reino Unido deveria efetivar seu poder naval em torno da Ilha Mundial, de modo a fazer da *rimland* uma barreira de contenção ao estabelecimento de uma hegemonia sobre a *heartland*.

É certo que a tese de Mackinder é um tanto rudimentar, mas, conforme adiantei, ela foi sendo sofisticada por outros autores dedicados à geopolítica mundial e, no que aqui mais nos interessa, motivou a tomada de decisões estratégicas por parte de líderes de algumas potências, como veio a ser o caso daquela que sucedeu o Reino Unido em escala mundial. Nos Estados Unidos, foi Nicholas Spykman quem adaptou a tese ao novo quadro geopolítico mundial do pós-Segunda Guerra; conforme demonstrado pelo

⁴ "The War on China". *Qiao Collective*, 2 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.qiaocollective.com/en/articles/war-on-china>>. Acesso em 20 abr. 2021.



mapa da *Figura 1*, o território correspondente à *heartland* praticamente coincide com o da União Soviética, e por isso as ideias de Mackinder repercutiram consideravelmente entre os estrategistas norte-americanos. Spykman, contudo, inverteu o corolário da tese de seu predecessor: para ele, o controle da *rimland* é que era crucial, adaptando a geoestratégia às condições objetivas da segunda metade do século XX. Os EUA deveriam, portanto, efetivar seu domínio — idealmente — sobre toda a extensão da *rimland*, e assim assegurar a contenção da URSS.

Figura 1: posição da Heartland na Eurásia, segundo Mackinder, e contornando-a, a Rimland



Fonte: elaboração do autor.

Por certo, a tese de Spykman contribuiu para a definição do horizonte estratégico norte-americano, e na medida em que progredia a Guerra Fria, os EUA dedicaram cada vez mais esforços para prevenir que os soviéticos expandissem sua influência para além de seu território, por sobre a *rimland*. O principal continuador desta tradição teórico-estratégica inaugurada em Mackinder e adaptada aos objetivos norte-americanos do pós-Segunda Guerra por Spykman foi provavelmente o Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA Zbigniew Brzezinski, que assumiu este cargo em 1977 e



permaneceu altamente influente entre a cúpula do Departamento de Estado norte-americano por pelo menos mais duas décadas.

Izak Novák, em seu ensaio já mencionado inicialmente, retoma uma tese de Brzezinski explicitada em seu livro de 1997 *The Grand Chessboard*, ou, *O Grande Tabuleiro de Xadrez*; este tabuleiro estaria situado precisamente no espaço mais central da Eurásia, ou seja, bem no meio da extensão territorial indicada por Spykman como a zona pivotal da Guerra Fria. Mesmo depois do conflito com a URSS, segundo Brzezinski, caberia aos EUA tornar-se finalmente o árbitro único desta região, e ao assentar seu domínio, garantir que a supremacia norte-americana fosse definitivamente assegurada. Para ele, era imperativo, portanto, que nenhum desafiador eurasiático emergisse com capacidade para minar o arbítrio estadunidense sobre o “grande tabuleiro” (VENIER, 2011).

Para delimitar este “grande tabuleiro de xadrez” no centro da Eurásia de modo mais objetivo, Novák extrai de sua análise do pensamento estratégico norte-americano a ideia do “Triângulo de Controle”: um polígono geoestratégico que estabelece o alvo territorial prioritário a ser controlado — na prática, de modo a prevenir tanto o avanço de posições por parte da Rússia (pelo sul de seu território) e da China (pelo oeste de seu território), quanto a emergência de novas potências médias regionais — leia-se: principalmente o Irã. A seguir o Triângulo pode ser visualizado na *Figura 2*.

Ao longo de toda a vasta região compreendida pelo “Triângulo de Controle” os EUA têm pressionado militar e economicamente os países que não aderem voluntariamente à sua influência, por meio de cercos (realizados por frotas navais e pela supremacia aérea mantida a partir de bases em países aliados), sanções econômicas, incitação a revoltas e guerras civis e, no limite, invasões militares e destruição de sua infraestrutura. Foi o que ocorreu com o Iraque, o Afeganistão, a Síria e o Irã. Do outro lado, os principais aliados dos EUA na região são Israel (que tem parte de seu orçamento de defesa custeado pelos norte-americanos), Arábia Saudita e Índia, que é um contendor histórico da China, com quem tem disputas fronteiriças na região do Tibete. Os demais países onde se registra presença militar norte-americana — aqui considerada como pelo menos uma instalação militar compartilhada com as forças armadas locais — são a Turquia, o Catar, os Emirados Árabes Unidos, o Paquistão e o Quirguistão.



Figura 2: Localização do "Triângulo de Controle", conforme publicado por Novák em seu blog.



Fonte: Blog Izak Novák ⁵.

Logo, considerando-se, de um lado, a política de “reequilíbrio” da administração Obama no leste asiático e a guerra comercial encampada por Trump contra a China, conforme inicialmente mencionado, e de outro, a manutenção da estratégia de domínio norte-americano sobre a região central da Eurásia, vemos os contornos de um cerco geoestratégico que, grosso modo, se fecha em torno da China a leste, sul e oeste de seu território. No entanto, é fundamental observar que uma das principais características deste cerco, ao contrário do que ocorreu durante a Guerra Fria em relação à URSS, é sua realização — em boa medida — em caráter de

⁵ Disponível em: <<https://izaknovak.wordpress.com/2020/04/17/62/>>



improvisação, quase emergencialmente (mas veja-se: “emergencialmente” em uma escala temporal geopolítica!).

Em uma analogia simples com um jogo de xadrez, é como se os EUA, mesmo possuindo mais peças no tabuleiro a esta altura da partida, tivesse sido obrigado a reelaborar sua estratégia por mais vezes do que gostaria, e em caráter altamente experimental, enquanto do outro lado da disputa, a estratégia chinesa tivesse adquirido ainda maior sofisticação, elevando seu grau de coerência interna — e mais: sem que isso fosse imediatamente evidente para seu adversário.

Este quadro de acentuada incerteza e insegurança em que se encontram os EUA em relação a seu estatuto de potência hegemônica se explica em função de uma série de fatores, dos quais considero serem preponderantes: 1) uma estratégia errática empregada na região do “Triângulo de Controle”; 2) a subestimação do paradigma de desenvolvimento chinês; e, talvez principalmente, 3) a inesperada atratividade, para cada vez mais países, de um horizonte global multipolarizado — o que atinge criticamente a ideologia estadunidense do pós-Guerra Fria. Não será o caso de desenvolver aqui o tema da erosão do controle dos EUA sobre o Oriente Médio e Centro-oeste Asiático, mas os dois outros pontos, que aliás são estreitamente relacionados entre si, decerto merecem maior atenção.

Conforme procurei adiantar no início do texto, as análises que enfatizam a magnitude do crescimento econômico chinês tendem a ignorar ou obscurecer a dimensão estratégica deste fenômeno, interpretado meramente como um modelo atípico de enriquecimento do país. Acreditou-se, portanto, ao menos durante algum tempo, que o crescimento da China era apenas uma expressão do crescimento do capitalismo mundial. O processo de Reforma e Abertura da economia chinesa, implantado a partir do final da década de 1970, foi interpretado no Ocidente como uma manifestação inequívoca tanto da superioridade da economia de mercado na geração de riqueza, como da incorporação e enquadramento da China ao regime de capitalismo global, administrado pelos EUA. Mas a partir de 2010, quando o PIB chinês se tornou o segundo maior do mundo, começou-se a evidenciar a insuficiência desta narrativa, incapaz de explicar a sucessão de feitos chineses apenas pela repetição de que o país se tornava “mais capitalista”. Não por acaso, as análises passaram aos poucos a deixar de se limitarem a aspectos econômicos, e adquiriram maior conteúdo geopolítico.



A subestimação do paradigma de desenvolvimento chinês, portanto, consistiu na ilusão de que a China crescia dentro de balizas controláveis — ou, pelo menos observáveis — pelos EUA, em um limite seguro para a manutenção da liderança norte-americana sobre a economia política global, particularmente conforme exercida sobre os países do “Terceiro Mundo”, ou, “em desenvolvimento”, para usar o termo mais corrente. Tem ficado cada dia mais evidente, no entanto, que há uma originalidade no paradigma de desenvolvimento chinês, que pôde ser alcançada a partir de sua progressiva dissociação em relação aos modelos concorrentes da Guerra Fria — o soviético e o norte-americano. E um dos aspectos mais originais deste paradigma emergente, conforme tem se revelado nestas primeiras décadas do nosso século, é o lançamento de programas de “crescimento associado” a outros países; mais precisamente, àqueles do outrora chamado “Terceiro Mundo”. A robustez destes programas, cuja maior expressão é a Nova Rota da Seda, tem dado ensejo à inesperada e crescente atratividade de um horizonte global multipolarizado, no qual reemerge com renovada importância a questão do desenvolvimento como objetivo político — um tema que até há pouco tempo havia sido virtualmente excluído das agendas de governo pelo mundo.

Em outra ocasião poderemos ter oportunidade de explorar o tema da originalidade do paradigma chinês, em sua maturação de um *desenvolvimentismo com características multilaterais* — e aqui minha escolha de palavras pretende expressar um corolário do Socialismo com Características Chinesas. Prosseguindo em nosso objetivo neste texto, que é o de nos voltarmos para o lado ocidental do conflito entre potências que está posto diante de nós, observemos mais de perto as dimensões do impasse norte-americano e a crise de sua autoatribuída liderança internacional. A disputa eleitoral de 2020 e a vitória de Joe Biden pela presidência decerto representarão um marco no futuro do enfrentamento geopolítico com a China, mas para especularmos sobre o que vem adiante, seria prudente observarmos, ainda que por alto, como os próprios estadunidenses têm se debatido sobre e se preparado para o desafio.

Parte II: Uma encruzilhada no século XXI



Optei por introduzir este texto a partir de um brevíssimo histórico dos fundamentos da geoestratégia norte-americana na Guerra Fria, o que deve fazer um certo sentido se levarmos em conta que este foi um conflito que durou cerca de 45 anos (o que é mais tempo do que o “pós-Guerra Fria” em que vivemos) e, portanto, define em grande medida a nova geoestratégia, dirigida à China. Não por acaso, em um debate na revista *Foreign Policy* em 2005, reeditado em 2009, entre dois intelectuais dedicados ao tema, as comparações com a estratégia de Contenção à União Soviética e com a evolução do conflito que dominou a segunda metade do século XX foram parte importante dos argumentos de ambos os lados⁶.

Os participantes do debate, que foi curto mas teve ideias dignas de nota, eram John Mearsheimer e o já citado Zbigniew Brzezinski. Basicamente, a principal diferença entre ambos é sobre a possibilidade da disputa entre EUA e China escalar a ponto das potências desencadearem um conflito bélico. Brzezinski, que aliás atuou na retomada das relações entre os dois países quando serviu no Departamento de Estado na década de 1970, considera improvável a eclosão de uma guerra. Segundo ele, o estatuto de potências nucleares é algo decisivo na dissuasão de um conflito direto; além disso, em suas palavras:

As lideranças da China não estão inclinadas a desafiar os Estados Unidos militarmente, e seu foco continua no desenvolvimento econômico e na conquista de maior aceitação como grande potência. [...] Uma política externa conflituosa poderia ameaçar este crescimento, [considerando que] em um confronto o comércio marítimo chinês seria interrompido completamente. [...] De sua parte, as lideranças chinesas parecem muito mais flexíveis e sofisticadas do que muitos aspirantes anteriores ao estatuto de grande potência.

Parece-me que estas afirmativas têm envelhecido relativamente bem, já que até esta segunda década do século a China continua demonstrando ambições militares circunscritas; apesar do aumento constante de

⁶ “Clash of Titans”. *Foreign Policy*, jan./fev. 2005. Disponível em: <<https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/07/A0034.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.



investimento no setor, tendo em vista as dimensões do país, as forças armadas chinesas não apresentam um poderio realmente desproporcional em relação a boa parte dos países vizinhos. Em 2018 o orçamento de defesa chinês foi registrado em 250 bilhões de dólares, enquanto os gastos militares dos EUA no mesmo ano foram da ordem de 650 bilhões. Quanto à dissuasão nuclear, mencionada por Brzezinski, é o caso de lembrarmos da disparidade entre as duas potências: a China tem pouco mais de 300 ogivas nucleares, nenhuma delas acoplada a sistemas de lançamento, enquanto os EUA somam mais de 6.000 ogivas, das quais aproximadamente um terço se encontram instaladas, em posições fixas (de defesa) ou móveis — em submarinos e aviões bombardeiros (de ataque)⁷.

Da parte chinesa, a propósito, em janeiro de 2021 a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China reafirmou que o país pratica uma política de manutenção de seu arsenal nuclear em níveis mínimos, dentro do considerado necessário à segurança nacional, precisamente de acordo com a filosofia da dissuasão, além de se comprometer ainda, sob quaisquer circunstâncias, a não usar ou ameaçar usar armamentos nucleares contra nações que não os possuam, ou em Zonas Livres de Armas Nucleares.

Mas para John Mearsheimer, um objetivo geopolítico a ser perseguido pela China seria o de eliminar a presença norte-americana no leste asiático, a partir de uma lógica de estabelecimento de hegemonia sobre seu entorno, o que seria, segundo ele, a construção do caminho para a reconquista da província de Taiwan, o que representaria uma potencial fonte de conflito armado com os EUA. O autor parte de um raciocínio teórico segundo o qual Estados poderosos tentam assegurar seu domínio regional, ao mesmo tempo em que procuram dificultar que outras potências façam o mesmo em regiões mais distantes, procurando interpretar em que medida a China estaria reeditando uma estratégia histórica norte-americana de assertividade sobre o mundo:

A China não pode ascender pacificamente, e se mantiver seu dramático crescimento econômico nas próximas décadas, os Estados Unidos e a China provavelmente se envolverão em

⁷ "Status of world nuclear forces". *Federation of American Scientists*, mar. 2021. Disponível em: <<https://fas.org/issues/nuclear-weapons/status-world-nuclear-forces/>>. Acesso em 20 abr. 2021.



uma intensa disputa de segurança, com considerável potencial para a guerra. [...] A China provavelmente tentará dominar a Ásia como os Estados Unidos dominam o hemisfério ocidental. [...] O que eles provavelmente irão fazer é concentrarem-se na construção de sua economia até o ponto de fazê-la superar a dos EUA. Então poderão traduzir seu poderio econômico em poderio militar e preparar as condições de ditar os termos para os demais Estados da região, além de criarem todos os tipos de problemas para os Estados Unidos.

Mas, conforme explicitarei na primeira parte do texto, se há um programa desenvolvimentista com fortes características multilaterais sendo levado a cabo pela China, e se esta multilateralidade começa com os vizinhos, como é o caso, creio que a argumentação de Mearsheimer é realmente limitada para se compreender a estratégia chinesa em longo prazo. Mas é inegável que suas ideias repercutem com algum entusiasmo em Washington, onde atua diuturnamente um poderoso *lobby* pró-guerra, e por isso merecem atenção.

O autor acredita que diante da impossibilidade de se conter o crescimento econômico da China, os EUA devem costurar uma coalizão militar de equilíbrio com outros países asiáticos, sobretudo Japão, Coréia do Sul, Singapura, Índia e inclusive o Vietnã (Austrália e Filipinas não são mencionadas, mas por certo também fariam parte). Assim teria-se, de fato, a reedição de uma estrutura importante da Guerra Fria: duas coalizões militares medindo forças de maneira perene — outrora representadas pela OTAN e o Pacto de Varsóvia. Do lado chinês o autor especula o envolvimento do Paquistão, Coréia do Norte, Camboja, Laos e — não tão seguramente — Myanmar⁸. Quanto à possibilidade de um conflito nuclear, Mearsheimer entende que apesar da dissuasão, na qual consiste o principal fundamento do domínio deste tipo de armamento, haveria um cenário plausível para sua utilização, conforme explica em entrevista para uma rede japonesa:

⁸ “Mearsheimer: ‘The US won’t tolerate China as peer competitor’”. *Deutsche Welle*, 23 set. 2020. Entrevista. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/chinas-rise-and-conflict-with-us/a-55026173>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Não é surpreendente que durante a disputa [da Guerra Fria] tenha sido muito difícil, se não impossível, começar uma guerra na Europa, porque ninguém em seu juízo perfeito começaria uma guerra com a possibilidade de aniquilação nuclear. Agora, contrastando com a situação do leste asiático, que é o ponto central de inflamação entre Estados Unidos e China, os três locais de onde se poderia desencadear uma guerra envolvem o Mar do Sul da China, Taiwan e o Mar do Leste da China. Estas áreas não se equiparam ao front central [europeu]. É possível imaginar uma guerra convencional limitada irrompendo em uma delas. [...] Então, caso a China ou Estados Unidos se vejam sendo derrotados neste tipo de engajamento, pode haver uma séria tentação ao recurso às armas nucleares, já que os Estados Unidos estão comprometidos a utilizar tais armas para defender o Japão, se o Japão estiver perdendo uma guerra convencional. Há quem afirme ser unimaginável que os Estados Unidos ou a China realmente usem armas nucleares. Mas eu não acho que isso seja verdade, porque estas armas estariam sendo empregadas no mar. A China continental não seria atingida. Portanto, é possível pensar em termos de uma “guerra nuclear limitada”⁹.

Em todo caso, este é ainda um cenário fruto de especulação, mas de fato, a perspectiva de um conflito armado no leste asiático é pensada em termos de uma guerra aérea, marinha e cibernética — sendo este o componente que mais vem ganhando importância, em função do rápido avanço da fronteira tecnológica. Não é simplesmente — e nem principalmente — por razões de mercado que as empresas tecnológicas chinesas têm sido um alvo prioritário dos EUA na guerra comercial. A presença militar norte-americana no cerco oriental à China tem aumentado principalmente nesta dimensão. Em janeiro de 2020 o Pentágono anunciou o início de duas “Operações de Domínio Múltiplo”, ou seja, com ênfase em inteligência, informação e afirmação de supremacia cibernética e espacial, sendo esta a atividade prioritária do Exército em suas instalações nas regiões

⁹ “U.S.-China rift runs real risk of escalating into a nuclear war”. *The Asahi Shimbun*, 17 ago. 2020. Entrevista. Disponível em: <<http://www.asahi.com/ajw/articles/13629071>>. Acesso em 20 abr. 2021.



dos oceanos Pacífico e Índico, enquanto a Marinha e a Força Aérea dedicam-se às “Operações de Liberdade de Navegação”, realizando manobras em águas cuja soberania é disputada pela China com outros países do sudeste Asiático e com o Japão¹⁰.

Mas apesar da progressiva escalada de tensões nos mares do leste e do sul da China, a estratégia de contenção empregada pelos norte-americanos na região é bem mais antiga. Desde o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1972, e da subsequente assinatura dos Três Comunicados conjuntos (em 1972, 1979 e 1982), os EUA têm mantido uma atitude ambígua de cooperação e ameaça, principalmente em relação à questão de Taiwan.

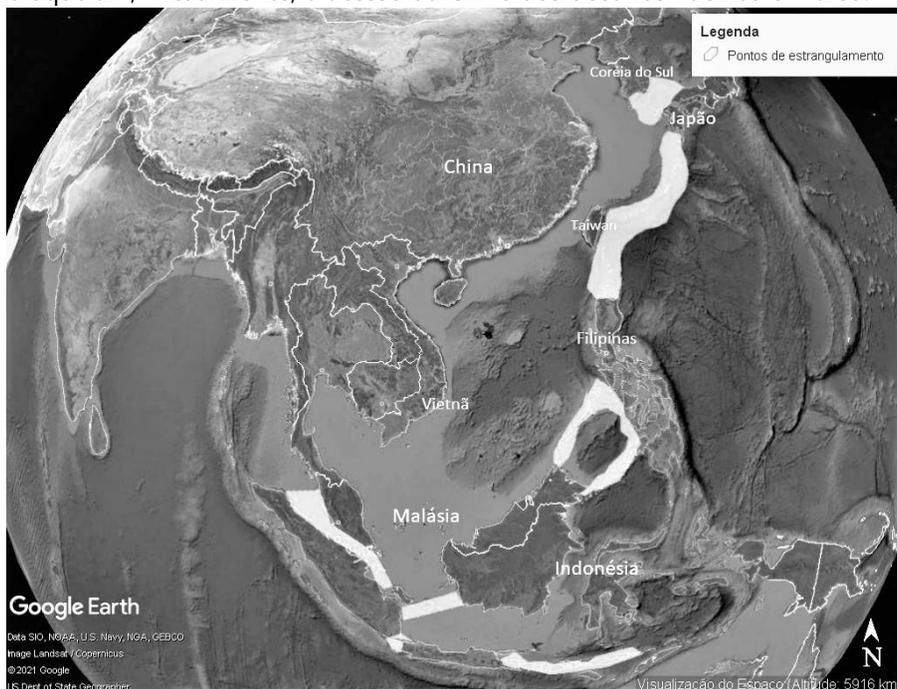
A província chinesa independente, autodeclarada “República da China” e reconhecida diplomaticamente como tal por apenas 15 países membros da ONU, é uma ilha situada em um ponto estratégico, e marco geográfico de divisão entre os mares do leste e do sul da China, virtualmente bloqueando o acesso dos chineses do continente ao oceano Pacífico (a norte e nordeste da ilha entra-se em águas territoriais japonesas, e ao sul, em águas territoriais filipinas, tal como pode ser observado no mapa abaixo, que destaca os “pontos de estrangulamento” da China no acesso a ambos os oceanos, Pacífico e Índico). Por isso, apesar dos EUA não estarem entre aqueles 15 países, eles nunca abandonaram a tática de equilíbrio de poder através do estreito de Taiwan, e desde o triunfo da Revolução Chinesa, quando se deu a separação da província, estimulam e facilitam para que a ilha se mantenha desafiadoramente armada; nos últimos anos, as vendas de armamento de ponta norte-americano para Taiwan têm aumentado consideravelmente¹¹.

¹⁰ “US Army aiming to counter Chinese ‘threat’ with Indo-Pacific security expansion, top official says”. *South China Morning Post*, 11 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/military/article/3045646/us-army-aiming-counter-chinese-threat-indo-pacific-security>>. Acesso em 20 abr. 2021.

¹¹ “Billions in Weapons Sales to Taiwan are Shaking up East Asia”. *The National Interest*, 12 jan. 2021. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/blog/reboot/billions-weapons-sales-taiwan-are-shaking-east-asia-176264>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Figura 3: Destacados em branco, os "pontos de estrangulamento" que bloqueiam, virtualmente, o acesso da China aos oceanos Pacífico e Índico.



Fonte: elaborado pelo autor a partir do software Google Earth.

É inegável, portanto, que tem havido uma sensível e constante escalada das tensões militares nos mares do leste e do sul da China, o que se expressa por exemplo na publicação, pelo Pentágono, de um Relatório Anual ao Congresso, intitulado *Desenvolvimentos militares e de defesa envolvendo a República Popular da China* (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2020), que nesta sua última edição adota uma linguagem altamente alarmante, análoga à publicação anual da última década da Guerra Fria, *Poderio Militar Soviético*¹². Na língua inglesa, a palavra *warmonger* é um adjetivo que define um indivíduo que constantemente encoraja a agressão militar contra países ou grupos considerados hostis, alguém que promove

¹² "What's Missing From The Pentagon's China Report – Taiwan's Missiles". *Forbes*, 2 set. 2020, Aerospace & Defense. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/davidaxe/2020/09/02/wad-up-the-pentagons-propagandistic-china-report-and-toss-it-in-the-trash/?sh=180347055437>>. Acesso em 20 abr. 2021.



publicamente a ida à guerra; publicações como a do Pentágono, portanto, alimentam o “imaginário *warmonger*”, tão presente na vida política norte-americana, e o *lobby* da bilionária indústria bélica se mantém praticamente inquestionável, sobretudo entre as elites do país.

Contudo, apesar desta escalada, há setores e grupos de influência importantes que atuam em Washington — de certa forma — no sentido oposto, como vimos no caso de Brzezinski, que aposta na improbabilidade de que se desencadeie um conflito armado. Ele próprio, aliás, tem advogado publicamente pela criação de um informal “Grupo dos Dois”, ou simplesmente “G-2”, que seria uma espécie de cúpula entre os governos de ambos os países, dedicada a discutir problemas globais conjuntamente e evitar uma segunda Guerra Fria. Ao adotar esta postura pró-conciliação com a China, Brzezinski está, por certo, defendendo o legado de sua geração de diplomatas, que como Henry Kissinger, construiu relações com a China na década de 1970 a partir de uma perspectiva de distensionamento.

Mas para além do legado de seu trabalho, se levarmos em conta o que já expus na primeira parte deste texto sobre o pensamento geoestratégico de Brzezinski, eu especularia que sua inclinação por relações mais amigáveis e cordiais entre Estados Unidos e China se deve a um reconhecimento do fracasso da tentativa de domínio norte-americano sobre o Oriente Médio e Oeste da Ásia. A total precariedade do controle exercido pelos EUA na região inviabilizaria um cerco realmente efetivo em torno da China, como em alguma medida conseguiu-se realizar em relação à União Soviética. Soma-se ainda, talvez como fator principal, o fato de que o exercício da liderança norte-americana sobre o mundo encontra-se em momento de crise, que se prolonga para além do que qualquer estrategista estadunidense gostaria de encarar, e um novo conflito militar poderia ter efeito crítico sobre sua legitimidade como *a* potência mundial. É como disse Kissinger: “Não importa com quanto altruísmo os Estados Unidos percebam seus objetivos, uma insistência explícita em sua predominância iria unir o mundo gradualmente contra o país, e forçar sobre ele imposições que eventualmente o deixariam isolado e destituído [de seu poder global]” (2001, p. 468).

Ora, nos últimos anos não se tem demonstrado muitos sinais de “altruísmo” por parte dos Estados Unidos em sua política externa; o governo Trump, aliás, realizou precisamente o contrário, adotando uma postura de franca oposição às instituições de governança global. E se com a vitória de



Joe Biden é verdade que, no geral, tal postura certamente será abandonada (ele já decretou o retorno dos EUA ao Acordo de Paris e à OMS), no geral — dialogando com os termos de Kissinger —, o fato de já termos chegado até aqui na escalada de tensões entre as duas potências aponta para uma insistência apenas menos explícita e incisiva na manutenção da liderança estadunidense, já que, afinal, o *America first* foi derrotado nas eleições. Isto significa que Biden terá como prioridade a reconstrução da suposta legitimidade norte-americana para liderar o restante do mundo, como fica claro na primeira série de *tweets* de Antony Blinken como novo Secretário de Estado, dirigindo-se a seus equivalentes sul-coreano e japonês¹³.

A abordagem de política externa do Partido Democrata de fato apresenta uma inclinação aos recursos do *soft power* (poder brando), mas esta expressão é por vezes utilizada, sobretudo oficialmente, como um eufemismo para certos métodos de sabotagem da integridade nacional de outros países. Foi justamente ao longo das mais de quatro décadas de Guerra Fria que os Estados Unidos aperfeiçoaram seus meios de emprego do *soft power*, tanto em relação ao próprio bloco soviético como a vários outros países do mundo, buscando estabelecer seu domínio cultural e econômico sobre outras sociedades. É preciso ter claro, portanto, que “poder brando” e “poder firme” (ou, *hard power*) não são estratégias excludentes que se alternam entre um governo e outro, mas são táticas complementares, que viabilizam uma à outra. Por isso, a retomada de um diálogo mais aberto e constante com seus aliados e potenciais aliados não significa, de maneira alguma, que Biden esteja disposto a desescalar as tensões militares com a China, e a adotar, como faz a potência asiática, uma política nuclear eminentemente defensiva.

A última oportunidade concreta de uma mediação possivelmente mais construtiva entre os EUA e a China ocorreu, provavelmente, durante o segundo governo Obama, quando algo próximo do G-2, sugerido por Brzezinski, chegou a se esboçar. Em 2015, num encontro entre os

¹³ “Today, Foreign Minister Kang and I affirmed the enduring strength and importance of the U.S.-ROK Alliance, the linchpin of peace, security, and prosperity for a free and open Indo-Pacific region and stressed the importance of U.S.-ROK-Japan cooperation”. *Twitter*, 26 jan. 2021, 7:37 PM. Disponível em: <<https://twitter.com/qiaocollective/status/1354475098464391170>>. Acesso em: 20 abr. 2021.



presidentes dos dois países, Xi Jinping sugeriu em linhas gerais a elaboração de “um novo modelo de relações entre grandes potências”¹⁴, baseado em termos de cooperação bilateral, respeito mútuo e não confrontação, levando-se em conta o status recíproco de principais parceiros comerciais. Contudo, logo no ano seguinte, na corrida eleitoral à presidência ambos os candidatos, Donald Trump e Hillary Clinton, adotaram uma retórica de hostilidade e confrontação em relação à China¹⁵. Nos EUA, mesmo os setores intelectuais e políticos inclinados a promoverem relações mais transigentes entre os dois países têm dificuldades em romper com a tradição estratégica belicista e impositiva, arraigada no pensamento norte-americano.

Um exemplo interessante é o do cientista político Graham Allison, que viu com entusiasmo a atitude do presidente chinês no encontro com Obama em 2015 (WONG, 2018)¹⁶; antes, ele havia se notabilizado por ter cunhado a expressão “armadilha de Tucídides” para sintetizar a teoria segundo a qual a crescente inquietação de uma potência em relação ao crescimento de outra pode levar a um ponto em que uma ação militar direta fatalmente irá ocorrer. A referência ao historiador grego clássico é feita a partir de uma passagem de seu livro sobre a Guerra do Peloponeso: “Foi a ascensão de Atenas e o medo que isso incutiu em Esparta que tornou a guerra inevitável”. Mas outro autor, o economista Michael Hudson, é implacável com a analogia, e ao criticá-la demonstra a hesitação da elite estadunidense em explicitar seus próprios valores, interesses e conflitos internos, como afirma em diálogo com o jornalista Pepe Escobar:

¹⁴ “Remarks by President Obama and President Xi of the People’s Republic of China in Joint Press Conference”. *The White House under President Barack Obama*, 25 set. 2015. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/09/25/remarks-president-obama-and-president-xi-peoples-republic-china-joint>>. Acesso em 20 abr. 2021.

¹⁵ “In Trade Stances Toward China, Clinton and Trump Both Signal a Chill”. *The New York Times*, 29 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/06/30/business/international/hillary-clinton-donald-trump-trade-china.html>>. Acesso em 20 abr. 2021.

¹⁶ “Thucydides Trap author Graham Allison says China and US must work together and not end up on path that leads to war”. *South China Morning Post*, 10 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/2178905/thucydides-trap-author-says-china-and-us-must-work-together-and>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Há um conflito entre dois sistemas; entre o sistema do capital financeiro e o sistema do socialismo industrial [...]. Os neoconservadores falam a partir desta falsa ideia da história da Grécia Antiga e do problema de Tucídides, de um país com inveja do desenvolvimento de outro país [...]. Se olharmos para esta analogia [...] com a guerra entre Atenas e Esparta, é difícil dizer quem é quem. De um lado temos Atenas, uma democracia apoiando outras democracias e [em troca] contando com seu suporte militar; as elites militares destas outras democracias eram obrigadas a pagar tributos a Atenas por sua proteção e apoio, e esta era a fonte de recursos de Atenas para sustentar sua marinha e erigir uma estrutura própria de defesa. Portanto, tratava-se de uma democracia que explorava seus aliados, para se enriquecer por via da guerra.

Do outro lado temos Esparta, que apoiava oligarquias locais na derrubada das democracias, [para que tomassem o poder e se tornassem aliadas dos espartanos]. Ora, trata-se igualmente dos Estados Unidos. Então, os Estados Unidos representam ambos os lados da Guerra do Peloponeso, se sua democracia estiver tanto explorando democracias aliadas como apoiando oligarquias no Brasil, na América Latina, na África e em todo o mundo. Então, poderíamos dizer que o problema de Tucídides é entre dois lados, dois aspectos dos Estados Unidos, e não tem nada a ver com a China¹⁷.

A provocação feita por Hudson é interessante por poder estender-se à disputa presidencial de 2020. Vejamos: do lado "ateniense", Joe Biden e sua agenda de reintegração e transigência, bastante voltada ao objetivo de assegurar que seus aliados realmente estejam do seu lado em quaisquer circunstâncias, oferecendo-lhes, em contrapartida, garantias de segurança e cobrando participação ativa no enfrentamento ao adversário. Do lado "espartano", Donald Trump e sua retórica virulenta, demonstrando cada vez

¹⁷ "A Hard Look at Rent and Rent Seeking with Michael Hudson & Pepe Escobar". *YouTube*, 17 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lquO TcMZIQ>>. Acesso em 20 abr. 2021.



maior inclinação, ao longo de seu governo, a enfrentar cada vez mais diretamente a China, mantendo excitados os setores pró-guerra da elite política e econômica norte-americana — não por acaso, manteve no Departamento de Estado o cão de guarda Mike Pompeo, um notório “anti-diplomata”.

A vitória de Biden, no entanto, não deve se desdobrar numa grande virada estratégica em relação à China por uma razão quase estrutural: sua visão de mundo, e a dos estrategistas que o informam, não dá mostras de ter se emancipado da gramática da Guerra Fria. Será, de fato, uma abordagem diferente, mas ainda expressiva de um mesmo esquema de pensamento, calcado em grande medida no século XX, mas com raízes bem mais longínquas; como afirma Cristiano Cabrita sobre o novo presidente e a ideologia estadunidense, o mundo de Joe Biden é “marcado por uma visão excepcionalista, liberal, messiânica, moralista, de uma nação que se considera distinta de todas as outras e cujo papel é liderar as democracias de todo o mundo”¹⁸. Em linhas gerais, portanto, a evolução da grande estratégia norte-americana contra a China nos próximos anos deve manter uma certa coerência interna. Esta estratégia é esquadrinhada por Izak Novák, em seu texto aqui já citado, a partir da distinção feita por ele entre três pilares centrais; são eles:

Contenção: Os EUA estão ativamente construindo alianças (Índia, Japão, Austrália, Coreia do Sul), enquanto intervêm política e militarmente em países vizinhos (o “Triângulo de Controle”), a fim de pressionar os flancos geopolíticos da China.

Balkanização: Por meio de [incitação à] subversão de maneira aberta e, provavelmente, encoberta, os EUA têm procurado apoiar movimentos separatistas na China, particularmente em Hong Kong, Xinjiang e no Tibete. Xinjiang é de importância crucial para a estratégia estadunidense em função de seu papel central na Nova Rota da Seda [em inglês conhecida como Belt and Road Initiative].

¹⁸ “Biden, a política externa e o excepcionalismo americano”. *Estado da Arte*, 18 jan. 2021. Disponível em: <<https://estadodaarte.estadao.com.br/excepcionalismo-eua-cabrita/>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Sabotagem econômica: Por meio da restrição à entrada de investimento chinês nos EUA, da perseguição de empresas específicas e, por certo, da guerra comercial, estão em curso esforços para reprimir a ascensão meteórica da economia chinesa, que está a caminho de eclipsar a dos EUA em várias frentes¹⁹.

Quando a nova porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki afirmou que Pequim desafia a segurança, a prosperidade e os valores estadunidenses, e que, portanto, seria necessária uma nova abordagem em relação ao país asiático, por “nova abordagem” ela se referia a uma intensificação das táticas elencadas por Novák, e não uma mudança de direção²⁰. De fato, conforme matéria do portal *Político*, já foi feito um remanejamento de pessoal no Conselho de Segurança Nacional, que reflete a prioridade direcionada à China: agora, a diretoria incumbida da região do Indo-Pacífico é a mais importante, galgando à posição anteriormente ocupada pela diretoria encarregada do Oriente Médio²¹.

Essa mudança é ainda uma expressão do que apontei na primeira parte do texto como uma das causas principais da crise de hegemonia dos EUA: a estratégia errática empregada no “Triângulo de Controle”, ou, mais amplamente, no Oriente Médio, onde os norte-americanos tentaram, sem sucesso, estabelecer seu domínio e controle por meio, sobretudo, da chamada “Guerra ao Terror”. George W. Bush pretendia, originalmente, que a invasão do Iraque, em 2003, repetisse o “sucesso” da Guerra do Golfo, levada a cabo por seu pai em 1990, e fosse apenas uma primeira operação, em uma estratégia de longo prazo, de estabelecimento de controle militar e político sobre o mundo árabe — e, é claro, sobre as vastas reservas de petróleo da região, o que lhes permitiria controlar o preço do produto no mercado mundial.

¹⁹ “The War on China”. *Qiao Collective*, 2 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.qiaocollective.com/en/articles/war-on-china>>. Acesso em 20 abr. 2021.

²⁰ “Watch: Jen Psaki holds White House briefing”. *PBS News Hour*, 25 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.pbs.org/newshour/politics/watch-live-jen-psaki-holds-white-house-briefing>>. Acesso em 20 abr. 2021.

²¹ “White House shifts from Middle East quagmires to a showdown with China”. *Político*, 28 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.politico.com/news/2021/01/28/biden-china-foreign-policy-463674>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Não por acaso Trump alardeava, durante sua campanha, que retiraria as tropas do Oriente Médio, cuja permanência na região é extremamente onerosa para a economia norte-americana, mas apesar de seu estilo disruptivo, nem mesmo o ex-presidente foi capaz de reverter as garantias asseguradas pelo *lobby* belicista. Na verdade, a impossibilidade dos EUA de deixar de valer-se ostensivamente do seu *hard power* se deve, basicamente, ao que Giovanni Arrighi identificou como estado de “dominação sem hegemonia”. Em linhas gerais, isso significa que os EUA vêm perdendo seu capital político, tendo pouco a oferecer concretamente como *a* grande potência mundial, e em compensação, sentem a necessidade de afirmar sua capacidade coercitiva sobre os outros países. Em suma, como diz Arrighi em seu livro *Adam Smith em Pequim*:

[...] longe de estabelecer os fundamentos de um segundo século norte-americano, a ocupação do Iraque comprometeu a credibilidade do poderio militar dos EUA, enfraqueceu sua centralidade e a de sua moeda na economia política global, e fortaleceu a tendência de emergência da China como uma alternativa à liderança norte-americana no Leste Asiático e mais além (2007, p. 209).

Em decorrência das últimas grandes demonstrações de predomínio militar dos EUA sobre o mundo, portanto, reeditar uma estratégia de contenção contra uma superpotência adversária tem se tornado cada vez mais difícil, se não já inviável. Além da crise de seus status de garantidor da segurança mundial — papel que vem desempenhando de maneira deplorável, e até ambígua, mesmo diante das potências europeias, seus clientes preferenciais — os EUA enfrentam outro problema crítico em seu enfrentamento à China: a questão de seu déficit orçamentário. O ex-Secretário do Tesouro Lawrence H. Summers alertava, em um artigo que data ainda de 2009, sobre os riscos do que chamou de “destruição fiscal assegurada”. Trata-se de uma analogia com o mecanismo da Guerra Fria que prevenia que as duas potências fossem às vias de fato e eclodissem uma



“guerra quente”: a “destruição mútua assegurada” pelo domínio equilibrado de armamento nuclear²².

A partir do pós-Guerra Fria os EUA se endividaram de maneira acentuada, o que levou Summers a observar com severa preocupação o fato de que o país mais economicamente importante do mundo seja também o que, de longe, se endivida mais aceleradamente. O economista alertava que o “vício dos EUA em gastar agora ameaça minar aquele ciclo econômico virtuoso global”, referindo-se à expansão da economia mundial e à globalização liderada por seu país. É interessante notar também que mesmo um alto funcionário do capitalismo norte-americano, como é o caso do autor que menciono, advertia que “o apetite voraz dos EUA por investimento drena um capital que poderia, de outra forma, ir parar em países que dele precisam mais”.

Ora, a “dominação sem hegemonia”, de que falava Arrighi, decorre em grande parte de uma situação paradoxal, que a advertência de Summers reproduzida acima deixa entrever: a potência norte-americana, que procurou diligentemente enquadrar o mundo nos termos de uma economia capitalista integrada em torno de si a partir do pós-Segunda Guerra, por meio da coerção e do consenso, tem encontrado dificuldades cada vez mais críticas até mesmo para permanecer na “gerência” do mercado mundial de capitais. Os vultosos investimentos chineses em projetos de infraestrutura em outros países, sobretudo da África e Ásia, dão mostras destas dificuldades, já que são realizados sem passar pelo crivo e pela supervisão norte-americana. Neste cenário, portanto, a emergência de um adversário que ofereça concretamente a possibilidade de reformas na arquitetura econômica global — reformas que se realizariam em franca oposição a um sistema internacional que gravita rigorosamente em torno de uma única potência, pode constranger os Estados Unidos a reavaliarem drasticamente as suas ambições para um futuro não tão distante.

²² “America Overdrawn”. *Foreign Policy*, 27 out. 2009. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2009/10/27/america-overdrawn/>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Conclusão

Janeiro de 2021. Na edição virtual do Fórum Econômico Mundial, o presidente da República Popular da China, Xi Jinping, faz um discurso dirigido a outros chefes de Estado intitulado: “Que a chama do multilateralismo ilumine o caminho a ser seguido pela humanidade” (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2021)²³. Enquanto isso, em Washington, é publicado pelo Conselho Atlântico, o *think tank* oficial da OTAN, um artigo de autoria anônima intitulado: “Para conter a ascensão da China, os EUA devem focar em Xi [Jinping] – Proposta para uma reformulação completa da estratégia [norte]americana”²⁴.

Neste artigo, aliás inspirado pelo chamado “Longo Telegrama”, um documento histórico da Guerra Fria, de 1947, em que seu autor, um diplomata norte-americano em Moscou, traçava as linhas gerais da estratégia de contenção, afirma-se, ainda que tangencialmente, a necessidade de uma postura ainda mais belicosa por parte dos Estados Unidos. Seu autor anônimo pretende impulsionar uma escalada de desconfiança, animosidade e acusações contra o líder chinês, de modo a minar sua autoridade diante do mundo, e sua legitimidade entre o povo chinês. Afirma-se, ainda, a necessidade de que se assegure a confiança dos aliados, que segundo ele “não são opcionais, mas cruciais, já que eles podem frequentemente alcançar o que os Estados Unidos não podem, seja particularmente em países, regiões ou instituições”.

Esta abordagem utilitária em relação aos “aliados”, que, no limite, dá margem a possíveis manipulações, ameaças e suborno, contrasta enormemente com o que chamei, na primeira parte deste texto, de *desenvolvimentismo com características multilaterais*, que tem sido proposto pela China em escala cada vez mais ampliada. A propósito, em um

²³ “Let the Torch of Multilateralism Light up Humanity’s Way Forward: Special Address by H. E. Xi Jinping”. *Ministry of Foreign Relations of The People’s Republic of China*, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1848323.shtml>. Acesso em 20 de abr. 2021.

²⁴ “To counter China’s Rise, the U.S. Should Focus on Xi: A proposal for a full reboot of American strategy toward China”. *Politico*, 28 jan. 2021, Magazine. Disponível em: <<https://www.politico.com/news/magazine/2021/01/28/china-foreign-policy-long-telegram-anonymous-463120>>. Acesso em 20 abr. 2021.



pronunciamento na Alemanha, em 2014, Xi Jinping expressava preocupação quanto aos termos com que seu país se defrontava em sua ascensão ao estatuto de grande potência:

O sábio chinês Lao-Tzu disse: “Um grande Estado deve ser o estuário de um rio, onde todas as correntes do mundo se reúnem”. A China está disposta a fortalecer o diálogo e a comunicação com o mundo com a mente aberta, e a ouvir as vozes do mundo. Esperamos que o tempo possa esclarecer em relação aos preconceitos e mal-entendidos, e que o mundo possa ver a China a partir de uma perspectiva mais objetiva, histórica e multidimensional, e assim compreender sinceramente a verdadeira China (apud ZHANG, 2015).

Não é casual que esta seja uma mensagem entregue no “Primeiro Mundo”, que é a partir de onde se disseminam os “preconceitos e mal-entendidos”. Quanto aos países em desenvolvimento, os termos das relações são mais sofisticados, justamente porque são estes os que mais têm a ganhar com a perspectiva de um mundo efetivamente multipolarizado. A China tem o mérito, conforme também já foi dito na primeira parte deste texto, de conferir renovada legitimidade à questão do desenvolvimento, ensejando sua reinserção nas agendas políticas de médio e longo prazo de outros países. Isto é algo que, aliás, reflete uma notável coerência em relação à política externa adotada após a vitória da Revolução Chinesa, em 1949, quando Zhou Enlai, o principal formulador das relações internacionais da recém-fundada República Popular da China, afirmava:

Os povos da Ásia e África criaram brilhantes civilizações e deram formidáveis contribuições à humanidade. Mas, desde tempos modernos, a maioria dos países da Ásia e África, em graus variados, têm sido sujeita à pilhagem e opressão colonial. Nossas vozes têm sido suprimidas, nossas aspirações, destruídas, e nossos destinos têm sido colocados nas mãos de outros. Portanto, não temos escolha, a não ser levantar-nos contra o colonialismo (ZHOU, 1955).

De fato, ao longo do século XX, dezenas de países do então chamado “Terceiro Mundo” encontraram-se, em diferentes momentos e circunstâncias, diante de um dilema: como promover seu desenvolvimento econômico sem



submeter sua soberania e sucumbir ao enorme poder gravitacional das grandes potências? A China construiu uma solução no mínimo interessante, obviamente marcada por muitas contradições, mas que permite-lhe ostentar um marco absolutamente notável: a erradicação da pobreza extrema em 2020, que sendo um feito alcançado pelo país mais populoso do mundo, tende a exercer pressão positiva sobre o sistema internacional como um todo. Por outro lado, a observação das atuais tendências da política externa dos Estados Unidos, em correlação com seu histórico, tem me levado a crer que os estrategistas em Washington estão demonstrando certa predisposição a abandonar algo que Henry Kissinger observou no prefácio de seu clássico *Sobre a China*:

A relação entre China e Estados Unidos tornou-se um elemento central na busca pela paz mundial e pelo bem-estar global. Oito presidentes [norte-]americanos e quatro gerações de líderes chineses conduziram essa relação delicada de um modo surpreendentemente consistente, considerando as diferenças do ponto em que cada um começou. Os dois lados recusaram-se a permitir que os legados históricos ou as diferentes concepções de ordem doméstica interrompessem sua relação essencialmente cooperativa (2011, p. 14).

Enfim, diante da possibilidade de sérias perturbações na “busca pela paz mundial e pelo bem-estar global”, procurei neste texto atentar à leitora e ao leitor brasileiro para alguns dos contornos do enorme conflito geopolítico que se desenha para o mundo na medida em que avançamos neste século XXI. Adotei a perspectiva de um impasse norte-americano por uma razão prática: nós brasileiros parecemos acreditar, em geral, que detemos um certo status estrutural de “aliado especial” dos Estados Unidos; há razões históricas para esta crença, e ela absolutamente não carece de fundamento. Contudo, não podemos nos furtar em encarar de maneira mais realista o fato de que o movimento da história implica em mudanças constantes, de curto, médio e longo prazo, ainda que nem sempre evidentes ou previsíveis. Seria o caso de estarmos, portanto, mais atentos àquilo que Maquiavel conceituou como *fortuna*: “um poder disruptivo que causa estragos na história” — segundo interpretação de Thierry Ménissier (2012, p. 24) — se quisermos sobreviver enquanto nação soberana e preservar nossa dignidade.



Referências

- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing**. Londres; Nova York: Verso Books, 2007.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives**. Nova York: Basic Book, 1997.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. São Paulo: Objetiva, 2011.
- KISSINGER, Henry. **Does America Need a Foreign Policy?** Towards a diplomacy for the 21st century. Nova York: Simon & Schuster, 2001.
- MACKINDER, Halford J. "The Geographical Pivot of Asia". **The Geographical Journal**, vol.170, No. 4, dez. 2004.
- MÉNISSIER, Thierry. **Vocabulário de Maquiavel**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE. Military and security developments involving the People's Republic of China: Annual Report to Congress. Washington: **Department of Defense**, 2020. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>>. Acesso em 20 abr. 2021.
- SPYKMAN, Nicholas. J. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. New York: Harcourt, Brace, 1942.
- VENIER, Pascal. "**Main theoretical currents in geopolitical thought in the twentieth century**". L'Espace Politique [En ligne], 11 fev. 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacepolitique/1714>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ZHANG Fenzhi. **Xi Jinping: How to read Confucius and other Chinese classical thinkers**. Nova York: CN Times Books, 2015.
- ZHOU Enlai. "Main Speech by Premier Zhou Enlai, Head of the Delegation of the People's Republic of China, Distributed at the Plenary Session of the Asian-African Conference", 19 abr. 1955, **History and Public Policy Program Digital Archive**, Peking: Foreign Languages Press, 1955. Disponível em: <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121623.pdf?v=e1cd06384e2e67bdff11f809ead78849>>. Acesso em 20 abr. 2021.

Recebido em 22 abr. 2021 | aceite em 20 jul. 2021

